

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026

**Ao**  
**Banco Central do Brasil – BACEN**

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG  
Setor Bancário Sul (SBS)  
Quadra 3 Bloco B – Ed. Sede  
Brasília – DF  
CEP 70074-900

Ref.: **Carta de Apresentação – Demonstrações Financeiras**

Prezados Senhores,

1. Em atendimento ao disposto no artigo 45, §3º, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, o Banco XP S.A. (“Banco XP”), vem, pela presente, informar o que segue:
  - (i) **Relação de informações financeiras a que se refere esta remessa**: Em anexo a este documento, encontram-se as demonstrações financeiras do Banco XP referentes à data-base de 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras”).
  - (ii) **Data e sitio eletrônico em que as demonstrações financeiras foram divulgadas**: As Demonstrações Financeiras foram originalmente divulgadas em 30 de março de 2026 na Central de Divulgações do Sistema Financeiro Nacional.
  - (iii) **Termo declaratório da alta administração quanto à responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo**: A alta administração do Banco XP, neste ato representada pelo Diretor Financeiro, na forma de seu Estatuto Social, assume, para os devidos fins, a responsabilidade pelas informações contidas nas Demonstrações Financeiras.
2. Sendo o que nos cabia para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

---

**Rogério Bessa Junior**

Contador – CRC 1SP298461/O-6



---

**Victor Andreu Mansur Farinassi**

Diretor

---

Banco XP S.A.



**Banco XP S.A.**

**31 de dezembro de 2025**



## Relatório da administração

Prezado leitor,

Submetemos à apreciação de V. Sas as Demonstrações Financeiras do Banco XP S.A. ("Banco XP") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Perfil Corporativo

O Banco XP foi constituído em 2019 como uma instituição financeira no Brasil. Em outubro de 2019, o Banco Central do Brasil autorizou o Banco XP a operar como um banco múltiplo, tanto com atividades de banco comercial quanto de banco de investimento, bem como para realizar operações no mercado de câmbio.

A maior parte dos produtos de empréstimo oferecidos aos seus clientes são totalmente garantidos pelos investimentos dos clientes na plataforma XP.

### Política de equidade

Em linha com as exigências da Lei nº 15.177, que altera a Lei nº 6.404/1976 quanto à divulgação de informações sobre políticas de equidade, o Grupo XP mantém agenda estruturada de Diversidade, Equidade e Inclusão. Em 31 de dezembro de 2025, a composição de pessoas colaboradoras no Grupo XP é de 66% do gênero masculino e 34% do gênero feminino.

A organização conta com uma área dedicada ao tema de Diversidade, que atua por meio de grupos de afinidade (Mulheres, Pessoas Negras, LGBTQIAPN+ e PcD), responsáveis por impulsionar ações internas e fortalecer uma cultura inclusiva. Entre os principais programas, destaca-se o Programa Incluir XP, voltado à inclusão de Pessoas com Deficiência, por meio de vagas afirmativas, banco de talentos e trilhas de capacitação, além do Projeto Jornada Inclusiva, que promove formações específicas para o time de Gente e para lideranças, com foco na construção de um ambiente preparado para a inclusão.

O Grupo XP mantém, ainda, parcerias estratégicas com instituições como o Pacto pela Equidade Racial, Rede REIS e Mover, que possibilitam benefícios aos colaboradores, tais como bolsas para graduação e MBA, curso gratuito de inglês e programas de aceleração de carreira e formação de lideranças. Adicionalmente, a Companhia dispõe de uma Política de Diversidade do Board, que assegura a busca por maior representatividade na composição do Conselho de Administração.

### Destaques do período

#### (i) Cisão da subsidiária XP Investimentos S.A

Em 1º de Maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo ("zero"), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos. A transação não tem qualquer efeito nos fluxos de caixa da instituição.

#### (ii) Incorporação do Banco Modal

Em conformidade com a deliberação da AGE realizada em 31 de dezembro de 2024, o Banco XP S.A. solicitou a incorporação do Banco Modal S.A., por meio da transferência integral de seu patrimônio. Como consequência, a instituição incorporada será extinta, sendo a companhia incorporadora seu sucessor em todos os direitos e obrigações, com o consequente cancelamento da autorização de funcionamento do Banco Modal S.A. A efetivação da incorporação estava condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, cujo processo foi concluído em 1º de setembro de 2025.



---

## Desempenho financeiro

---

Os ativos totais alcançaram R\$ 219,5 bilhões ao final de dezembro de 2025, crescimento de 12,5% em 12 meses, em decorrência da expansão dos produtos e negócios do Banco, impactando, majoritariamente, as posições em ativos financeiros. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 11,4 bilhões em dezembro de 2025.

### Carteira de Crédito

O saldo em ativos representativos da carteira de crédito do Banco XP atingiu R\$ 30,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

Devido ao fato de a maior parte de nossa carteira de crédito ser garantida por ativos cujo valores superam o montante do crédito concedido, minimizam-se as necessidades de capital para crescimento e diminui-se o risco de perdas financeiras nas operações.

### Captação

O montante total de captações atingiu R\$ 78,6 bilhões em dezembro de 2025.

### Capital Regulatório

O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial XP, cuja instituição líder é o Banco XP, atingiu **12,60%** em 31 de dezembro de 2025.



## Apresentação das Demonstrações Financeiras

---

Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações do Banco XP, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026.

### Composição da Diretoria

José de Menezes Berenguer Neto  
CEO e Diretor

Victor Andreu Mansur Farinassi  
Diretor

Fabício Cunha de Almeida  
Diretor

Leonardo Antonio Cardoso  
Diretor

Thiago Simões Maffra  
Diretor

Rodrigo Santana Passos Góes  
Controller

Rogério Bessa Junior  
Contador  
1SP298461/O-6



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Banco XP S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco XP S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Informações comparativas**

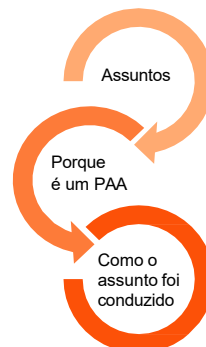
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Banco XP S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21 - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - (Notas 2.2(a), 8 e 9)</b></p> <p>Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966 ("Resolução"), com vigência a partir de 1ª de janeiro de 2025. A Resolução foi adotada de forma prospectiva pelo Banco, na data de entrada em vigor da norma, em 1ª de janeiro de 2025.</p> <p>A Resolução estabelece critérios relativos à provisão para perdas associadas ao risco de crédito, aplicáveis a determinados ativos financeiros, operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito.</p> <p>A adoção dessa nova norma contábil trouxe mudanças relevantes para o Banco, sendo a principal, a alteração no critério de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>O saldo de operações de crédito do Banco é composto, principalmente, por empréstimos garantidos por ativos financeiros de clientes do Banco de demais empresas do Conglomerado XP.</p> <p>Considerando a relevância da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como pelos aspectos subjetivos associados ao risco de crédito, esse assunto é uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros, atualização do entendimento e testes sobre os controles internos relevantes para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Realizamos também testes sobre transações relacionados a: (i) aderência das principais premissas adotadas pela administração com as normas do regulador; (ii) integridade das bases de dados utilizadas; (iii) análise da aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes e análise da marcação de estágios; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.</p> <p>Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pela administração para o reconhecimento e mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.</p> <p>Também analisamos a coerência das informações divulgadas em notas explicativas.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>



Banco XP S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez - (Notas 3(c), 5, 6 e 29)</b></p> <p>A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos privados com pouca liquidez é uma área que envolve julgamento e, portanto, foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, considerando também a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras. Esses instrumentos têm seu valor justo apurado com base em técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos, que consideram determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis de mercado.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses instrumentos financeiros com pouca liquidez.</p> <p>Adicionalmente, atualizamos nosso entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação de instrumentos financeiros derivativos e títulos privados, analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com práticas utilizadas no mercado. Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.</p> <p>Consideramos que os critérios e principais premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros com pouca liquidez são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

#### Ambiente de Tecnologia da Informação

O processamento de transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, podem, eventualmente, se materializados, causar processamento incorreto de transações críticas, acessos indevidos a sistemas e dados, e, conseqüentemente, transações não autorizadas processadas e erros nos controles automatizados dos sistemas aplicativos. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, realizamos o entendimento dos ambientes de Tecnologia da Informação e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados ao gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas, sistemas e dados, operação/processamento de sistemas e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia relacionados às aplicações nos processos de negócios relevantes do Banco.



Banco XP S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	<p>Para obter evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria das demonstrações financeiras, foi necessário executar testes documentais adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, aplicação de procedimentos utilizando base de dados analíticas, de forma a permitir um espectro maior de teste e evidência.</p> <p>Também, em complemento aos procedimentos já mencionados, realizamos, em base amostral, a revisão dos lançamentos contábeis para verificar se as transações processadas foram devidamente autorizadas.</p> <p>Os resultados desses procedimentos nos permitiram concluir que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.</p>

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco XP S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Banco XP S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by  
  
Signed By: MARCOS PAULO PUTINI 1768825807  
CPF: 1768825807  
Signing Time: 30 de março de 2026 19:27 BRT  
© ICP-Brasil. OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C-SEI  
Issuer: AC SERASA RFB v5  
10264377ED1491

Marcos Paulo Putini  
Contador CRC 1SP212529/O-8

**Balço Patrimonial**

Período findo em 31 de dezembro de 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Ativo	Nota	2025
<b>Disponibilidades</b>		<b>5.960.379</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>197.369.440</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>85.259.484</b>
Títulos e valores mobiliários	5	68.478.359
Instrumentos financeiros derivativos	6	16.781.125
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b>4.051.077</b>
Títulos e valores mobiliários	5	4.051.077
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>		<b>108.058.879</b>
Títulos e valores mobiliários	5	4.523.117
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	56.775.520
Operações de crédito	8	30.719.009
Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil	13	15.871.051
Negociação e intermediação de valores		24.294
Outros ativos financeiros		145.888
<b>Outros ativos</b>		<b>805.158</b>
Rendas a receber		97.183
Impostos e contribuições a compensar		308.217
Despesas antecipadas		24.838
Direito de uso	12	206.193
Outros ativos	10	168.727
<b>Ativo fiscal diferido</b>	20	<b>2.036.252</b>
<b>Investimentos em coligadas e controladas</b>	14	<b>11.951.153</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>12.910</b>
<b>Ágio e ativos intangíveis</b>	15	<b>1.382.506</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>219.517.798</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Balanco Patrimonial**

Período findo em 31 de dezembro de 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>12/2025</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>206.794.446</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>19.807.840</b>
Instrumentos financeiros derivativos	6	19.529.503
Títulos e valores mobiliários	5	278.337
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>		<b>186.986.606</b>
Depósitos	16	78.604.448
Obrigações por operações compromissadas	4	50.308.984
Instrumentos de financiamento	17	47.617.127
Negociações e intermediação de valores		3.914
Outros passivos financeiros	11	10.452.133
<b>Outros passivos</b>		<b>676.926</b>
Obrigações sociais e estatutárias		116.572
Obrigações fiscais e previdenciárias	18	339.275
Fornecedores		145.285
Provisões e contingências passivas	19	49.620
Outros passivos		26.174
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>20</b>	<b>625.006</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>208.096.378</b>
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>21</b>	<b>11.421.420</b>
Capital social		10.111.407
Reservas de capital		807.526
Reservas de lucros		765.436
Ajustes de avaliação patrimonial		(262.949)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>219.517.798</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


**Demonstração de Resultado**
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

	Nota	2º Sem. 2025	2025
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>13.885.088</b>	<b>23.464.197</b>
Resultado de operações de crédito	8	1.665.961	3.211.848
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	5.156.588	6.622.675
Rendas de aplicacoes interfinanceiras de liquidez	4	4.019.501	7.680.650
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	2.107.878	4.393.552
Outras receitas	24	935.160	1.555.472
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(13.638.227)</b>	<b>(23.176.159)</b>
Operações de captação no mercado	22	(13.098.916)	(22.413.603)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(136.301)	(297.206)
Operações de empréstimos e repasses		(403.010)	(465.350)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>246.861</b>	<b>288.038</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>216.272</b>	<b>143.363</b>
Receita com prestação de serviços	23	674.998	1.170.131
Custos operacionais	25	(744.147)	(1.404.038)
Despesas administrativas	26	(369.437)	(634.687)
Resultado com participação em coligadas e controladas	14	723.261	1.086.950
Despesas tributárias		(101.004)	(123.321)
Outras receitas/(despesas) operacionais	27	32.601	48.327
<b>Resultado operacional</b>		<b>463.133</b>	<b>431.401</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>463.133</b>	<b>431.401</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	20	<b>173.018</b>	<b>427.803</b>
IR/CS Diferido		441.611	696.396
IR/CS Corrente		(268.593)	(268.593)
<b>Lucro líquido</b>		<b>636.151</b>	<b>859.204</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Demonstração do Resultado Abrangente**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>636.151</b>	<b>859.204</b>
<b>Variações no resultado abrangente</b>	<b>(79.691)</b>	<b>6.050</b>
Variação de valor justo de ativos financeiros VJORA próprios	64.179	235.818
Efeito fiscal sobre a variação de valor justo de ativos financeiros VJORA próprios	4.617	(106.118)
Variação de valor justo de ativos financeiros VJORA de coligadas e controladas	(182.679)	(110.696)
Mudança em taxas de desconto (IFRS 17)	34.192	(12.954)
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>556.460</b>	<b>865.254</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10.111.407</b>	<b>133.450</b>	<b>61.466</b>	<b>1.294.327</b>	<b>(817.803)</b>	<b>–</b>	<b>10.782.847</b>
<b>Implementação Res. CMN 4.966/21, Res. BCB nº 352/23 e Res. CMN nº 4.975/21</b>							
Ajustes reflexos em coligadas e controladas (Nota 14)	–	–	–	–	548.804	–	548.804
Ajustes próprios na instituição (Nota 2.2)	–	–	–	(16.515)	–	–	(16.515)
<b>Saldo de abertura em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>10.111.407</b>	<b>133.450</b>	<b>61.466</b>	<b>1.277.812</b>	<b>(268.999)</b>	<b>–</b>	<b>11.315.136</b>
Outorga de plano de pagamento baseado em ações	–	674.076	–	(932.639)	–	–	(258.563)
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	19.004	–	19.004
Mudança em taxas de desconto (IFRS 17)	–	–	–	(406)	(12.954)	–	(13.360)
Lucro líquido	–	–	–	–	–	859.204	859.204
Destinação do lucro	–	–	42.960	816.243	–	(859.204)	(1)
Dividendos	–	–	–	(500.000)	–	–	(500.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>10.111.407</b>	<b>807.526</b>	<b>104.426</b>	<b>661.010</b>	<b>(262.949)</b>	<b>–</b>	<b>11.421.420</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>10.111.407</b>	<b>373.082</b>	<b>61.466</b>	<b>1.277.812</b>	<b>(183.258)</b>	<b>223.053</b>	<b>11.863.562</b>
Outorga de plano de pagamento baseado em ações	–	434.444	–	(932.639)	–	–	(498.195)
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(113.883)	–	(113.883)
Mudança em taxas de desconto (IFRS 17)	–	–	–	(407)	34.192	–	33.785
Lucro líquido	–	–	–	–	–	636.151	636.151
Destinação do lucro	–	–	42.960	816.244	–	(859.204)	–
Dividendos	–	–	–	(500.000)	–	–	(500.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>10.111.407</b>	<b>807.526</b>	<b>104.426</b>	<b>661.010</b>	<b>(262.949)</b>	<b>–</b>	<b>11.421.420</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido	636.151	859.204
Ativo fiscal diferido	(441.611)	(696.396)
Resultado com participação em controlada (Nota 14)	(719.447)	(1.086.950)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 9)	136.301	297.206
Depreciações e amortizações	119.589	233.238
Outorga de planos de pagamento baseado em ações	(498.195)	(258.563)
Provisão para contingências	374	2.905
Provisão de juros	61.331	131.378
Variação cambial	22.383	(153.240)
Baixa investimentos	(158)	(321)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>(683.282)</b>	<b>(671.539)</b>
<b>Variação dos ativos e passivos</b>	<b>987.325</b>	<b>(4.227.022)</b>
Operações compromissadas	2.986.132	(331.634)
Títulos e valores mobiliários	(17.667.910)	(28.211.924)
Instrumentos financeiros derivativos	810.580	(1.599.183)
Operações de crédito	(2.360.340)	(3.328.121)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.308.080)	(4.435.465)
Outros ativos e passivos financeiros	—	(316.736)
Impostos e contribuições a compensar	—	—
Direito de uso de arrendamento	15.733	(206.193)
Despesas antecipadas	(170)	750
Outros ativos e passivos	4.566.197	1.231.856
Depósitos	16.091.465	22.494.502
Instrumentos de financiamento	(331.094)	10.201.662
Obrigações fiscais e previdenciárias	184.812	273.464
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(54.206)</b>	<b>(167.501)</b>
Contingências pagas	(11.176)	(12.828)
Impostos pagos	(43.030)	(154.673)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de operacionais</b>	<b>249.837</b>	<b>(5.066.062)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de investimento	—	—
Aquisições de intangível	(18.887)	(37.145)
Distribuição de dividendos (Nota 14)	970.000	970.000
<b>Caixa líquido utilizado das atividades de investimento</b>	<b>951.113</b>	<b>932.855</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aquisição de empréstimos	—	2.736.009
Pagamento de empréstimos	(2.518.322)	(4.215.732)
Pagamento de leasing (Nota 12)	(33.323)	(33.323)
Dividendos pagos	(500.000)	(500.000)

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Período findo em 31 de dezembro de 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
Juros pagos	(30.548)	(142.479)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(3.082.193)</b>	<b>(2.155.525)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.881.243)</b>	<b>(6.288.732)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19.571.005	23.978.494
Incorporação Banco Modal	7.727	7.727
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.697.489	17.697.489
<b>Disponibilidades</b>	<b>5.960.379</b>	<b>5.960.379</b>
<b>Aplicações em operações compromissadas (Nota 4)</b>	<b>6.897.110</b>	<b>6.897.110</b>
<b>Depósitos voluntários</b>	<b>4.840.000</b>	<b>4.840.000</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 1 Contexto operacional

O Banco XP S.A. (“Banco XP”, “Banco”, “Instituição” ou “Companhia”), é uma instituição financeira constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 708, Leblon, Rio de Janeiro.

O Banco XP atua na atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, que são as operações ativas, passivas e acessórias inerentes às características de banco comercial, de investimento e câmbio.

O Banco XP é controlado pela XP Finance Holding S.A, uma holding controlada diretamente pela XP Inc. e indiretamente pela XP Control LLC, que detém 71,34% dos direitos de voto sobre a XP Inc., e cujo controle final é de um grupo de indivíduos.

### (i) Cisão da subsidiária XP Investimentos S.A.

Em 1º de maio de 2025, foi aprovada a cisão parcial XP Investimentos S.A., subsidiária integral do Banco XP. A parcela do patrimônio líquido cindido tem valor nulo (“zero”), uma vez que foram cindidos ativos e passivos de igual valor. Em decorrência da cisão, o Banco XP passou a ser titular da totalidade das quotas de emissão da XP Controle 5 Participações Ltda. e de outros ativos e passivos. A transação não tem qualquer efeito nos fluxos de caixa da instituição.

### (ii) Incorporação do Banco Modal

Em conformidade com a deliberação da AGE realizada em 31 de dezembro de 2024, o Banco XP S.A. solicitou a incorporação do Banco Modal S.A., por meio da transferência integral de seu patrimônio. Como consequência, a instituição incorporada foi extinta, sendo a companhia incorporadora seu sucessor em todos os direitos e obrigações, com o consequente cancelamento da autorização de funcionamento do Banco Modal S.A. A efetivação da incorporação estava condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, cujo processo foi concluído em 1º de setembro de 2025.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 1) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco XP, que são de responsabilidade da Administração, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB), advindas das normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Bacen, dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados em normas do CMN ou do Bacen e da legislação societária brasileira.

A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, por exemplo, o crédito tributário e a mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos sem mercado ativo ou liquidez. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco XP revisa as estimativas e premissas adotadas periodicamente.

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em reais (“R\$”) e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2026.

## 2) Adoção de novas normas

### (i) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021 (e normas relacionadas, posteriores)

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Esta resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e substituiu, dentre outras normas, a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A Resolução foi adotada de forma prospectiva, à partir de 1º de janeiro de 2025, exceto para contabilidade de hedge que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. O novo normativo tem como principais tópicos:

#### a) Perdas associadas ao risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece critérios relativos à provisão para perdas de crédito, aplicáveis a todos os ativos financeiros, operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas é dividida em três estágios e deve ser implementada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros poderão migrar entre os estágios conforme o aumento ou diminuição de seu risco de crédito.

O novo modelo de perdas esperadas é aplicável aos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), exceto para investimentos em instrumentos patrimoniais.

A norma prevê duas metodologias, a depender do enquadramento do Banco (S1 a S5): completa ou simplificada. O Banco XP adota o modelo completo.

#### Modelos de Perdas Esperadas – metodologia completa

A nova metodologia requer o reconhecimento de provisões para perdas de crédito desde o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base na expectativa de perda futura.

A Instituição deve avaliar a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito e a expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

O Banco deve alocar os instrumentos financeiros nos seguintes estágios:

Estágio 1: são alocados os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;

Estágio 2: são alocados os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e

Estágio 3: são alocados os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito.

Em função da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 para constituição de provisão para perdas de crédito, o patrimônio líquido do Banco XP foi reduzido em R\$ 15.195, após os efeitos tributários.

### **b) Instrumentos financeiros para proteção (hedge accounting)**

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e as relações de proteção são classificadas, de acordo com a sua natureza, em: (i) hedge de valor justo, (ii) hedge de fluxo de caixa ou (iii) hedge de investimento líquido no exterior.

### **c) Classificação de Ativos e Passivos Financeiros**

A classificação dos ativos financeiros será determinada tanto pelo modelo de negócios para sua gestão quanto pelas características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar se estes atendem ao critério de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ). Com base nesses critérios, o ativo financeiro poderá ser classificado:

- (i) Na categoria custo amortizado, devem ser incluídos os ativos financeiros que cumulativamente atendam às seguintes condições:
  - 1. O ativo é gerido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
  - 2. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem apenas em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em datas especificadas.
- (ii) Na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, devem ser alocados os ativos financeiros que cumpram as seguintes condições cumulativas:
  - 1. O ativo financeiro é gerido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios; e
  - 2. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem apenas em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em datas especificadas.
- (iii) Na categoria valor justo no resultado, devem ser classificados os demais ativos financeiros.

#### **(ii) Resolução CMN nº 4.975/21**

Estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

A resolução determina a conformidade com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no que se refere ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil.

Em função da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.975/21 para a contabilização de operações de arrendamento mercantil, o patrimônio líquido do Banco XP foi reduzido em R\$ 1.320, após os efeitos tributários.

### 3) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da empresa. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

#### (i) Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

#### (ii) Ativos e Passivos Financeiros

##### a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

##### b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

**Valor Justo dos Instrumentos Financeiros:** Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

**Perda de Crédito Esperada:** Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

#### (iii) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

### 3 Resumo das políticas contábeis

---

## a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, as receitas e despesas são registradas no resultado no período que ocorrem e sempre simultaneamente quando se correlacionarem.

## b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades, aplicações em operações compromissadas (posição bancada), e quaisquer outras aplicações de curto prazo, a contar da data da aquisição, que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

## c) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade.

### 1) Ativos financeiros

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios da Companhia para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são “Somente Pagamento de Principal e Juros” (o critério “SPPJ”) sobre o valor principal em aberto.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo da Companhia é receber fluxos de caixa para manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

#### **Classificação e mensuração subsequente**

##### **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”)**

Os ativos financeiros a VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem mensurados pelo valor justo. Esta categoria inclui valores mobiliários e derivativos, incluindo instrumentos patrimoniais que a Companhia não elegeu irrevogavelmente para classificar em VJORA.

Ativos financeiros são classificados como a valor justo por meio do resultado se o teste de fluxo de caixa contratual (“teste SPPJ”) falhar ou se, de acordo com o modelo de negócios da Companhia, o ativo for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Derivativos, incluindo derivativos embutidos separáveis, também são classificados a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não atendem aos critérios do SPPJ são classificados e mensurados como VJR, independentemente do modelo de negócios.

Os ativos financeiros na categoria VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido, com um passivo financeiro ou componente principal não derivativo, é separado do componente principal e contabilizado como um derivativo separado se: as características econômicas e os riscos não estiverem estritamente relacionados ao contrato principal; o instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido atender à definição de derivativo; e o contrato híbrido não for mensurado integralmente ao VJR. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado. A reavaliação só ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria VJR.

Um derivativo incorporado em um contrato híbrido contendo um componente principal ativo não derivativo não é contabilizado separadamente. O contrato principal juntamente com o derivativo embutido deve ser classificado em sua totalidade como um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)**

A Companhia avalia os ativos financeiros a VJORA se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de tanto manter a apropriação de fluxos de caixa contratuais quanto vender;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ.

Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a receita de juros, a variação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e, da mesma forma, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As restantes alterações no valor justo são reconhecidas em resultado abrangente. No momento do desreconhecimento, a mudança cumulativa do valor justo reconhecida em resultado abrangente é reclassificada para lucros ou perdas (demonstração do resultado).

Os dividendos são reconhecidos como receita na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em resultado abrangente. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos a avaliação de *impairment*.

A Companhia não possui instrumentos de patrimônio que tenham sido irrevogavelmente classificados nesta categoria.

**iii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter o ativo financeiro de forma a coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável ("teste de *impairment*"). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado.

A Companhia reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros.

### **Desreconhecimento**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido (isto é, retirado da posição patrimonial) quando:

- Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere os seus direitos contratuais para receber os fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que a Companhia poderia ser obrigado a pagar.

### **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros**

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCEs") para todos os ativos financeiros não classificados em VJR. As PCEs são reconhecidas em duas etapas. Para ativos financeiros os quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCEs são provisionadas para perdas de crédito resultantes da probabilidade do instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) nos próximos 12 meses (uma PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou aquelas já reconhecidas como ativo problemático, a provisão é realizada considerando todo o prazo esperado do instrumento financeiro, independentemente do momento do reconhecimento do ativo como problemático.

A Companhia classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

**Estágio 1:** Entende-se que um ativo financeiro nesta etapa não apresenta um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante da probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

**Estágio 2:** Se um aumento significativo do risco de crédito for identificado a partir do reconhecimento inicial ou o instrumento financeiro atingir mais de 30 dias de atraso. Neste caso, o valor relacionado à provisão para perda esperada considera a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Estágio 3: Caracterização como ativo problemático. A Companhia considera um instrumento financeiro problemático quando há atraso superior a 90 dias no pagamento ou evidências claras de que a obrigação não será cumprida integralmente nas condições pactuadas, incluindo situações como: dificuldades financeiras da contraparte; reestruturação da dívida; decretação de falecias, pedidos de recuperação judicial ou atos similares; medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas; necessidade de recorrer a colaterais; outras condições que comprometam a honra do compromisso.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

## 2) Passivo financeiro

### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (“VJR”) ou ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso dos passivos classificados ao custo amortizado, são deduzidos os custos diretamente atribuíveis à transação.

### **Classificação e mensuração subsequente**

#### **i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (“VJR”)**

Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR.

Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos na Res. CMN 4.966/21 forem atendidos. Os empréstimos de ações e instrumentos financeiros derivativos são classificados como VJR e reconhecidos pelo valor justo.

#### **ii. Passivos financeiros designados para serem mensurados ao valor justo através do resultado**

##### **Classificação e mensuração subsequente**

Os passivos financeiros podem ser irrevogavelmente designados como mensurados ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria da mensuração de ativos ou passivos, ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles, em bases diferentes, ou se um grupo de instrumentos financeiros for administrado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma gestão de risco documentada ou estratégia de investimento. O valor da mudança no valor justo dos passivos financeiros designados em VJR que é atribuível às mudanças no risco de crédito desse passivo deve ser apresentado em outros resultados abrangentes.

#### **iii. Custo amortizado**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como em função dos juros incorridos.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da taxa efetiva de juros.

### **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **3) Mensuração de instrumentos financeiros a valor justo**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no encerramento das atividades na data do relatório, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não existe um mercado ativo é determinado utilizando técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes no mercado (em condições de mercado); referência ao valor justo atual de outro instrumento semelhante; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração.

### **4) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedging***

Instrumentos financeiros derivativos são contratos financeiros, cujo valor é derivado do valor dos ativos subjacentes, taxas de juros, índices ou taxas de câmbio.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado, e eles são posteriormente mensurados ao seu valor justo ao final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende se o derivativo é designado como um instrumento de cobertura (*hedge*) e, se sim, da natureza do item que está sendo protegido. As relações de *hedge* podem ser classificadas em:

- *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (*hedges* de valor justo);
- *hedges* de um investimento líquido em uma operação estrangeira (*hedges* de investimento líquido no exterior); ou
- *hedge* das variações em fluxos de caixa futuros atrelados a determinadas operações (*hedges* de fluxo de caixa).

No início da relação de *hedge*, o grupo documenta a relação econômica entre instrumentos de *hedge* e itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos. O grupo documenta seu objetivo de gestão de riscos e estratégia para a realização de suas transações de *hedge*.

Se o *hedge* não atender mais aos critérios de contabilidade de *hedge*, o ajuste ao valor contábil de um objeto de *hedge*, para o qual o método dos juros efetivos é usado, é amortizado no resultado durante o período restante até o vencimento do objeto, utilizando uma taxa de juros efetiva recalculada.

### **Efetividade do *hedge***

A efetividade do *hedge* é determinada no início do relacionamento de *hedge* e por meio de avaliações prospectivas periódicas de efetividade, para garantir que exista um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

Para avaliar a efetividade e medir a inefetividade de tais estratégias, a Instituição utiliza o método de compensação do dólar (*dollar offset method*). O método de compensação do dólar é um método quantitativo que consiste em comparar a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de *hedge* com a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido atribuível ao risco coberto.

#### (d) Investimentos

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e ajustados posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

#### (e) Despesas antecipadas

Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de benefício econômico estimado.

#### (f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

#### (g) Outros ativos

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

#### (h) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

#### (i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%.

#### (j) Plano de incentivo baseado em ações

O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado pela reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019.

O Grupo lançou dois planos baseados em ações, a *Restricted Share Units* ("RSU") e a *Performance Share Units* ("PSU"). Os planos de incentivo baseado em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc. aos participantes definidos.

O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados.

O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte:

- quaisquer condições de performance do mercado;
- o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado) e;
- o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico).

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente no patrimônio líquido.

#### (k) Despesas de cashback e programa de pontos

Refere-se ao *cashback* e ao programa de pontos oferecidos aos clientes do Banco XP que utilizaram o cartão nas funções crédito e/ou débito. O valor do *cashback* corresponde a um percentual do total gasto pelo cliente, enquanto a pontuação é calculada com base em uma quantidade de pontos por dólar gasto, variando conforme o tipo de transação e/ou o estabelecimento onde a compra foi realizada.

Os montantes de *cashback* concedidos são aplicados em nome dos clientes em um fundo de investimento de baixo risco exclusivo para esta finalidade.

Os saldos contabilizados de *cashback* e pontos são registrados na linha de custos operacionais na Demonstração de Resultado.

#### (l) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente aquele que:

- I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados, segundo julgamento da administração, como não recorrentes serão evidenciados em notas explicativas em caso de ocorrência.

### 4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

#### Aplicações interfinanceiras de liquidez

				12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Operações compromissadas - Posição bancada</b>				
Títulos públicos federais	5.397.114	4.488.442	2.772.428	12.657.984
Debêntures	1.499.996	-	-	1.499.996
<b>Operações compromissadas - Posição financiada</b>				
Títulos públicos federais	302.886	29.577.712	11.752.947	41.633.545
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>519.952</b>	<b>381.154</b>	<b>83.061</b>	<b>984.167</b>
<b>Provisão para perda de crédito esperada</b>	<b>(172)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(172)</b>
<b>Total</b>	<b>7.719.776</b>	<b>34.447.308</b>	<b>14.608.436</b>	<b>56.775.520</b>

As aplicações em operações compromissadas foram praticadas a uma taxa média de 14,94% a.a.



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 6.897.110 está sendo apresentado como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada segregada por estágio, de acordo com o Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlacionadas, foi demonstrada na Nota 9.

**Obrigações por operações compromissadas**

				<b>12/2025</b>
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
<b>Carteira própria</b>				
Títulos públicos federais	–	–	994.630	994.630
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	564.018	–	–	564.018
Debêntures	853.592	1.751.333	–	2.604.925
Títulos emitidos no exterior	3.692.857	1.946.431	–	5.639.288
<b>Carteira de terceiros</b>				
Títulos públicos federais	26.679.215	12.667.994	1.158.914	40.506.123
<b>Total</b>	<b>31.789.682</b>	<b>16.365.758</b>	<b>2.153.544</b>	<b>50.308.984</b>

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações por operações compromissadas foram pactuadas a uma taxa média de juros de 14.97% a.a.

**Resultado com operações compromissadas**

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
Notas do tesouro nacional	3.491.171	6.307.954
Letras do tesouro nacional	277.549	465.486
Aplicações em depósitos interfinanceiros	133.430	450.373
Debêntures	51.082	213.418
Certificado de recebíveis imobiliários	4.171	115.952
Letras financeiras do tesouro	58.409	108.893
Certificado de recebíveis do agronegócio	3.689	18.574
<b>Total</b>	<b>4.019.501</b>	<b>7.680.650</b>



## 5 Títulos e valores mobiliários

Posição ativa						12/2025
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Custo
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Títulos públicos federais	–	69.845	68.839	1.098.653	1.237.337	1.228.143
Cotas de fundos de investimento	49.206.885	–	–	–	49.206.885	49.206.885
Debêntures	–	88	12.779	4.375.584	4.388.451	4.471.122
Certificado de Recebíveis Imobiliários	–	524	67.662	2.118.744	2.186.930	2.253.144
Títulos privados no exterior	–	–	–	8.003.356	8.003.356	8.262.068
Letras de Crédito Imobiliário	–	–	–	79.104	79.104	80.021
Ações de companhias abertas	279.226	–	–	–	279.226	279.226
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	–	214	14	3.092.095	3.092.323	3.127.032
Outros	–	–	–	4.747	4.747	4.773
<b>Total valor justo por meio do resultado</b>	<b>49.486.111</b>	<b>70.671</b>	<b>149.294</b>	<b>18.772.283</b>	<b>68.478.359</b>	<b>68.912.414</b>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>						
Títulos públicos federais	–	–	391.740	1.737.552	2.129.292	2.282.567
Títulos soberanos no exterior	–	1.921.785	–	–	1.921.785	1.921.513
<b>Total valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>–</b>	<b>1.921.785</b>	<b>391.740</b>	<b>1.737.552</b>	<b>4.051.077</b>	<b>4.204.080</b>
<b>Custo amortizado (i)</b>						
Cédula de Produto Rural	–	35.413	6.154	432.553	474.120	476.312
Notas comerciais	–	375.167	246.675	3.427.155	4.048.997	4.077.192
<b>Total custo amortizado</b>	<b>–</b>	<b>410.580</b>	<b>252.829</b>	<b>3.859.708</b>	<b>4.523.117</b>	<b>4.553.504</b>
<b>Total</b>	<b>49.486.111</b>	<b>2.403.036</b>	<b>793.863</b>	<b>24.369.543</b>	<b>77.052.553</b>	<b>77.669.998</b>

(i) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em títulos e valores mobiliários segregada por estágio, de acordo com o Resolução CMN nº 4.966/21, foi demonstrada na Nota 9.

A política contábil sobre mensuração do valor justo dos ativos está apresentada na nota 3.c.3.



## Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Sem. 2025	12/2025
<b>Rendas de títulos e valores mobiliários</b>		
Títulos de renda fixa e variável	1.695.330	2.031.425
Fundos de investimentos	3.461.258	4.591.250
<b>Total</b>	<b>5.156.588</b>	<b>6.622.675</b>

## 6 Instrumentos financeiros derivativos

					12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
<b>Posição Ativa</b>					
<b>Contratos de Opções</b>	<b>49.530</b>	<b>332.077</b>	<b>495.542</b>	<b>877.149</b>	<b>7.144.888</b>
Moeda estrangeira	16.499	6.042	36.521	59.062	950.320
Juros	25.157	9.291	72.229	106.677	3.538.335
Ações	7.874	316.744	386.792	711.410	2.656.233
<b>Contratos de Swap</b>	<b>451.334</b>	<b>2.469.781</b>	<b>12.523.416</b>	<b>15.444.531</b>	<b>122.848.375</b>
Commodities	95.063	174.142	77.942	347.147	2.282.552
Moeda estrangeira	37.510	12.658	911.737	961.905	8.804.116
Juros	120.063	100.555	4.482.787	4.703.405	83.974.306
Ações	198.698	2.182.426	7.050.950	9.432.074	27.787.401
<b>Contratos a Termo</b>	<b>209.005</b>	<b>11.343</b>	<b>212.590</b>	<b>432.938</b>	<b>2.746.069</b>
Moeda estrangeira	209.005	11.343	212.590	432.938	2.746.069
<b>Contratos Futuros</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.699.331</b>
Moeda estrangeira	—	—	—	—	1.699.331
<b>Outros</b>	<b>8.862</b>	<b>17.645</b>	<b>—</b>	<b>26.507</b>	<b>26.507</b>
Moeda estrangeira	8.862	17.645	—	26.507	26.507
<b>Total</b>	<b>718.731</b>	<b>2.830.846</b>	<b>13.231.548</b>	<b>16.781.125</b>	<b>134.465.170</b>



				12/2025	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
<b>Posição Passiva</b>					
<b>Contratos de Opções</b>	<b>223.606</b>	<b>2.673.196</b>	<b>7.136.918</b>	<b>10.033.720</b>	<b>24.786.493</b>
Moeda estrangeira	93.623	184.740	146.872	425.235	2.032.658
Juros	52.516	41.386	87.717	181.619	3.064.837
Ações	77.467	2.447.070	6.902.329	9.426.866	19.688.998
<b>Contratos de Swap</b>	<b>422.992</b>	<b>973.269</b>	<b>7.379.446</b>	<b>8.775.707</b>	<b>118.154.687</b>
Commodities	3.325	—	12.354	15.679	43.220
Moeda estrangeira	35.006	11.509	790.959	837.474	7.939.125
Juros	383.975	940.909	6.491.129	7.816.013	109.307.997
Ações	686	20.851	85.004	106.541	864.345
<b>Contratos a Termo</b>	<b>192.689</b>	<b>36.914</b>	<b>477.264</b>	<b>706.867</b>	<b>4.891.153</b>
Moeda estrangeira	192.689	36.914	477.264	706.867	4.891.153
<b>Contratos Futuros</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.843.665</b>
Moeda estrangeira	—	—	—	—	3.843.665
<b>Outros</b>	<b>8.391</b>	<b>4.818</b>	<b>—</b>	<b>13.209</b>	<b>13.209</b>
Moeda estrangeira	8.391	4.818	—	13.209	13.209
<b>Total</b>	<b>847.678</b>	<b>3.688.197</b>	<b>14.993.628</b>	<b>19.529.503</b>	<b>151.689.207</b>

A política contábil sobre mensuração do valor justo dos ativos está apresentada na nota 3.c.3.



Os valores de receitas e despesas líquidas com instrumentos financeiros derivativos nos períodos estão demonstrados a seguir:

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		
Opções	335.696	469.027
Swap	983.294	2.792.585
Futuros	1.760	259.177
Termo	(24.500)	32.889
Outros	811.628	839.874
<b>Total</b>	<b>2.107.878</b>	<b>4.393.552</b>

## 7 Hedge accounting

O Banco XP possui dois tipos de relações de hedge: hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa.

Para fins de hedge contábil, os fatores de risco medidos pelo Banco XP são:

- (i) Taxa de Juros: Risco de volatilidade nas operações sujeitas à variação das taxas de juros;
- (ii) Risco Cambial: Risco de volatilidade nas operações sujeitas à variação cambial.
- (iii) Encargos do Plano de Incentivo Baseado em Ações: Risco de volatilidade nos preços das ações da XP Inc, listadas na NASDAQ.

A estrutura de limites de risco estende-se ao nível dos fatores de risco, onde limites específicos visam aprimorar os processos de monitoramento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas projetadas para as categorias de taxas de juros e de câmbio levam em consideração o risco total quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Em certos casos, a administração pode decidir fazer hedge de um risco para o prazo do fator de risco e o limite do instrumento de hedge.

### a) Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo da Instituição consiste em proteger a exposição à variação do valor justo no recebimento, pagamento de juros e variação cambial sobre ativos e passivos.

O Banco XP aplica hedges de valor justo da seguinte forma:

- Para cobertura da exposição de títulos de renda fixa adquirida através da emissão de certificados de operações estruturadas. A estratégia de hedge envolve evitar flutuações temporárias nos resultados decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros em reais. Uma vez compensado esse risco, o Banco XP busca indexar a carteira ao CDI, por meio da utilização de derivativos (DI1 Futuro).

O hedge é contratado com o objetivo de neutralizar a exposição total ao risco de mercado da carteira de recursos de renda fixa, excluindo a parcela da remuneração em renda fixa representada pelo spread de crédito do Banco XP S.A., buscando aproximar os prazos e volumes ao máximo possível.

- Para a cobertura da exposição a taxas de juros fixas decorrentes da carteira de empréstimos consignados por meio do uso de derivativos. A estratégia consiste em evitar flutuações temporárias no resultado da Instituição que sejam decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros.
- Para a cobertura da exposição a taxas de juros flutuantes decorrentes de operações de empréstimo indexadas ao IPCA (índice de inflação brasileiro) por meio do uso de derivativos. A estratégia consiste em evitar flutuações temporárias no resultado da Instituição que sejam decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros.

### b) Hedge de fluxo de caixa

A estratégia de hedge de fluxo de caixa consiste em proteger a Instituição contra o risco de flutuações futuras nos fluxos de caixa associados aos seus ativos e passivos.

O Banco XP utiliza uma estrutura de hedge de fluxo de caixa para neutralizar os impactos da variação do preço das ações da XP Inc em pagamentos de encargos trabalhistas relacionados ao plano de remuneração baseado em ações usando contratos SWAP-TRS como instrumentos de hedge. Os pagamentos de encargos trabalhistas são devidos na data da entrega de ações aos funcionários sob planos de remuneração baseados em ações e estão diretamente relacionados ao preço das ações neste momento.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Os efeitos da contabilidade de hedge na posição financeira e no desempenho do Banco XP são apresentados a seguir:

Estratégias	Objetos de hedge		Instrumentos de hedge		
	Valor Contábil		Variação no valor reconhecido no resultado e ajuste de avaliação patrimonial	Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do hedge
Ativos	Passivos	12/2025			
<b>Risco de taxa de juros</b>					
Hedge de notas estruturadas	–	20.428.519	(819.917)	21.599.440	840.227
Hedge de crédito consignado	1.934.158	–	68.977	1.788.141	(48.484)
Hedge de operações de crédito	3.664.357	–	74.226	3.720.117	(35.235)
<b>Risco de preço de mercado</b>					
Hedge de plano de remuneração baseado em ações	–	34.593	(4.004)	42.649	7.130
<b>Total</b>	<b>5.598.515</b>	<b>20.463.112</b>	<b>(680.718)</b>	<b>27.150.347</b>	<b>763.638</b>

Instrumentos de hedge	Valor Nominal	Valor Contábil		Variação no valor utilizado para calcular a	Inefetividade do hedge reconhecida
		Ativos	Passivos		
<b>Risco de taxa de juros</b>					
Futuros	27.107.698	5.598.515	20.428.519	756.508	79.794
<b>Risco de preço de</b>					
Swaps	42.649	–	34.593	7.130	3.126

A seguir apresentamos quadro com prazo de vencimento:

	12/2025							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
Hedge de taxa de juros	5.320.516	7.865.479	4.411.423	3.786.545	1.849.672	1.899.747	1.974.316	27.107.698
Hedge de preço de mercado	42.649	–	–	–	–	–	–	42.649
<b>Total</b>	<b>5.363.165</b>	<b>7.865.479</b>	<b>4.411.423</b>	<b>3.786.545</b>	<b>1.849.672</b>	<b>1.899.747</b>	<b>1.974.316</b>	<b>27.150.347</b>



## 8 Operações de crédito

### a. Modalidade

	<b>12/2025</b>
<b>Empréstimos com garantias financeiras (a)</b>	<b>24.052.587</b>
Pessoa física	12.022.152
Pessoa jurídica	4.549.379
Cartão de crédito	7.481.056
<b>Empréstimos sem garantias financeiras</b>	<b>7.071.278</b>
Pessoa física	265.155
Pessoa jurídica	4.890.467
Cartão de crédito	1.915.656
<b>Total</b>	<b>31.123.865</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (b)	(404.856)
<b>Total</b>	<b>30.719.009</b>

- a) Empréstimos garantidos por ativos financeiros de clientes da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (“XP CCTVM”).
- b) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada das operações de crédito segregada por estágio, de acordo com o Resolução CMN nº 4.966/21 e normas correlacionadas, foi demonstrada na Nota 9.
- c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram baixados para prejuízo créditos no valor de R\$ 214.434 e renegociados no montante de R\$ 1.360.606.

### b. Prazo de vencimento:

	<b>12/2025</b>
Vencidos há 1 dia ou mais	322.363
A vencer em até 3 meses	8.107.501
A vencer entre 3 e 12 meses	7.945.802
A vencer após 12 meses	14.748.199
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>31.123.865</b>

**c. Maiores devedores**

	<b>12/2025</b>
Maior devedor	2.772.619
10 maiores devedores	5.547.930
20 maiores devedores	6.731.093
50 maiores devedores	8.367.180
100 maiores devedores	9.435.809

	<b>2º Semestre</b>	<b>12/2025</b>
<b>Resultado de operações de crédito</b>		
Rendas com cartão de crédito	178.302	355.288
Empréstimos e outros	1.487.660	2.856.560
<b>Total</b>	<b>1.665.962</b>	<b>3.211.848</b>

**9 Perda de crédito esperadas em ativos financeiros e reconciliação do valor contábil bruto**



### a) Reconciliação do valor contábil bruto dos ativos financeiros

Segue apresentada a seguir a reconciliação por estágios do valor contábil bruto dos ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - que têm suas PCEs (perdas esperadas de crédito) mensuradas no modelo de três estágios e de acordo com a abordagem simplificada.

Estágio 1	01 de janeiro de 2025	Aquisição / Liquidação	Transferências				Baixas	31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>								
Títulos e valores mobiliários	4.799.027	(747.950)	–	–	–	–	–	4.051.077
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>								
Títulos e valores mobiliários	2.402.485	2.151.019	–	–	–	–	–	4.553.504
Aplicação interfinanceira de liquidez	54.854.489	1.921.203	–	–	–	–	–	56.775.692
Operações de crédito	25.877.962	3.651.620	(1.405.420)	(521.566)	913.041	25.989	–	28.541.626
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>87.933.963</b>	<b>6.975.892</b>	<b>(1.405.420)</b>	<b>(521.566)</b>	<b>913.041</b>	<b>25.989</b>	–	<b>93.921.899</b>
Exposições fora do balanço (i)	7.473.577	272.711	(401.998)	(12.246)	179.661	226	–	7.511.931
<b>Total de exposições</b>	<b>95.407.540</b>	<b>7.248.603</b>	<b>(1.807.418)</b>	<b>(533.812)</b>	<b>1.092.702</b>	<b>26.215</b>	–	<b>101.433.830</b>



Estágio 2	01 de janeiro de 2025	Aquisição / Liquidação	Transferências				Baixas	31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>								
Operações de crédito	1.631.664	(204.511)	(913.041)	(46.634)	1.405.420	11.762	–	1.884.660
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>1.631.664</b>	<b>(204.511)</b>	<b>(913.041)</b>	<b>(46.634)</b>	<b>1.405.420</b>	<b>11.762</b>	<b>–</b>	<b>1.884.660</b>
Exposições fora do balanço (i)	394.416	(121.982)	(179.661)	(75)	401.998	189	–	494.885
<b>Total de exposições</b>	<b>2.026.080</b>	<b>(326.493)</b>	<b>(1.092.702)</b>	<b>(46.709)</b>	<b>1.807.418</b>	<b>11.951</b>	<b>–</b>	<b>2.379.545</b>

Estágio 3	01 de janeiro de 2025	Aquisição / Liquidação	Transferências				Baixas	31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>								
Operações de crédito	539.798	(158.234)	(25.989)	(11.762)	521.566	46.634	(214.434)	697.579
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>539.798</b>	<b>(158.234)</b>	<b>(25.989)</b>	<b>(11.762)</b>	<b>521.566</b>	<b>46.634</b>	<b>(214.434)</b>	<b>697.579</b>
Exposições fora do balanço (i)	5.558	(7.764)	(226)	(189)	12.246	75	–	9.700
<b>Total de exposições</b>	<b>545.356</b>	<b>(165.998)</b>	<b>(26.215)</b>	<b>(11.951)</b>	<b>533.812</b>	<b>46.709</b>	<b>(214.434)</b>	<b>707.279</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*



<b>Estágios consolidados</b>	<b>01 de janeiro de 2025</b>	<b>Aquisição / Liquidação</b>	<b>Baixas</b>	<b>31 de dezembro de 2025</b>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>				
Títulos e valores mobiliários	4.799.027	(747.950)	–	4.051.077
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>				
Títulos e valores mobiliários	2.402.485	2.151.019	–	4.553.504
Aplicação interfinanceira de liquidez	54.854.489	1.921.203	–	56.775.692
Operações de crédito	28.049.424	3.288.875	(214.434)	31.123.865
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>90.105.425</b>	<b>6.613.147</b>	<b>(214.434)</b>	<b>96.504.138</b>
Exposições fora do balanço (i)	7.873.551	142.965	–	8.016.516
<b>Total de exposições</b>	<b>97.978.976</b>	<b>6.756.112</b>	<b>(214.434)</b>	<b>104.520.654</b>

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que têm suas PCEs mensuradas usando a abordagem simplificada:

<b>Natureza</b>	<b>01 de janeiro de 2025</b>	<b>Compra / Liquidação</b>	<b>31 de dezembro de 2025</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>			
Negociação e intermediação de valores	–	24.294	24.294
Contas a receber	–	97.282	97.282
Outros ativos financeiros	–	201.228	201.228
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>322.804</b>	<b>322.804</b>



## b) Perda de crédito esperada

A tabela a seguir apresenta a evolução das PCEs, mensuradas no modelo de três estágios, para ativos classificados como ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, segregados por estágios:

Estágio 1	01 de janeiro de 2025	Constituição / Reversão	Transferências				Baixas	31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>								
Títulos e valores mobiliários	3.248	(3.136)	–	–	–	–	–	112
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>								
Títulos e valores mobiliários	4.910	25.477	–	–	–	–	–	30.387
Aplicação interfinanceira de liquidez	357	(185)	–	–	–	–	–	172
Operações de crédito	78.630	256.491	(33.404)	(201.111)	2.412	190	–	103.208
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>87.145</b>	<b>278.647</b>	<b>(33.404)</b>	<b>(201.111)</b>	<b>2.412</b>	<b>190</b>	<b>–</b>	<b>133.879</b>
Exposições fora do balanço (i)	15.708	(5.867)	(1.292)	(4.231)	133	–	–	4.451
<b>Total de exposições</b>	<b>102.853</b>	<b>272.780</b>	<b>(34.696)</b>	<b>(205.342)</b>	<b>2.545</b>	<b>190</b>	<b>–</b>	<b>138.330</b>



Estágio 2	01 de janeiro de 2025	Constituição / Reversão	Transferências				Baixas	31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>								
Operações de crédito	31.142	29.299	(2.412)	(31.807)	33.404	323	–	59.949
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>31.142</b>	<b>29.299</b>	<b>(2.412)</b>	<b>(31.807)</b>	<b>33.404</b>	<b>323</b>	<b>–</b>	<b>59.949</b>
Exposições fora do balanço (i)	5.706	(5.043)	(133)	(5)	1.292	2	–	1.819
<b>Total de exposições</b>	<b>36.848</b>	<b>24.256</b>	<b>(2.545)</b>	<b>(31.812)</b>	<b>34.696</b>	<b>325</b>	<b>–</b>	<b>61.768</b>

Estágio 3	01 de janeiro de 2025	Constituição / Reversão	Transferências				Baixas	31 de dezembro de 2025
			Para estágio 2	Para estágio 3	Do estágio 2	Do estágio 3		
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>								
Operações de crédito	241.123	(23.941)	(190)	(323)	201.111	31.807	(214.434)	235.153
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>241.123</b>	<b>(23.941)</b>	<b>(190)</b>	<b>(323)</b>	<b>201.111</b>	<b>31.807</b>	<b>(214.434)</b>	<b>235.153</b>
Exposições fora do balanço (i)	864	(4.821)	–	(2)	4.231	5	–	277
<b>Total de exposições</b>	<b>241.987</b>	<b>(28.762)</b>	<b>(190)</b>	<b>(325)</b>	<b>205.342</b>	<b>31.812</b>	<b>(214.434)</b>	<b>235.430</b>



<b>Estágios consolidados</b>	<b>01 de janeiro de 2025</b>	<b>Constituição / Reversão</b>	<b>Baixa</b>	<b>31 de dezembro de 2025</b>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>				
Títulos e valores mobiliários	3.248	(3.136)	—	112
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>				
Títulos e valores mobiliários	4.910	25.477	—	30.387
Aplicação interfinanceira de liquidez	357	(185)	—	172
Operações de crédito	350.895	261.849	(214.434)	398.310
<b>Total da exposição no balanço</b>	<b>359.410</b>	<b>284.005</b>	<b>(214.434)</b>	<b>428.981</b>
Exposições fora do balanço (i)	22.278	(15.731)	—	6.547
<b>Total de exposições</b>	<b>381.688</b>	<b>268.274</b>	<b>(214.434)</b>	<b>435.528</b>

<b>Natureza</b>	<b>01 de janeiro de 2025</b>	<b>Constituição / Reversão</b>	<b>31 de dezembro de 2025</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>			
Rendas a receber	—	99	99
Outros ativos financeiros	—	28.833	28.833
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>28.932</b>	<b>28.932</b>

**c) Perdas de crédito esperadas segregadas por produtos**

A seguir, são apresentadas as perdas de crédito segregadas pelos produtos:

<b>Perdas de crédito esperadas</b>	<b>12/2025</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>112</b>
Títulos e valores mobiliários	112
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>	<b>457.803</b>
Títulos e valores mobiliários	30.387
Aplicação interfinanceira de liquidez	172
Operações de crédito	398.309
Rendas a receber	102
Outros ativos financeiros	28.833
<b>Total de perdas esperadas</b>	<b>457.915</b>
Exposições fora do balanço (i)	6.547
<b>Total de exposições</b>	<b>464.462</b>

(i) Limites do produto cartão de crédito não utilizados pelos clientes.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

## 10 Outros ativos

<b>Outros ativos</b>	<b>2025</b>
Adiantamentos	1.098
Devedores por depósitos em garantia	4.397
Valores a receber de sociedades ligadas	29.606
Outros ativos	15.808
Outros valores a receber	117.818
<b>Total</b>	<b>168.727</b>
Circulante	139.120
Realizável a longo prazo	29.607

## 11 Outros passivos financeiros

	<b>12/2025</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>	
Operações com cartões de crédito	9.131.864
Passivo de leasing (Nota 12)	208.966
Operações de câmbio	465.179
Outros	646.124
<b>Total</b>	<b>10.452.133</b>
Circulante	9.683.687
Exigível a Longo Prazo	768.446

## 12 Direito de uso e passivos de arrendamento

### a. Direito de uso

<b>1º de janeiro de 2025</b>	<b>237.541</b>
Despesa de depreciação	(31.465)
Reavaliação	117
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>206.193</b>

### b. Passivos de arrendamento

<b>1º de janeiro de 2025</b>	<b>238.978</b>
Despesa de juros	3.311
Pagamentos de passivos de arrendamento	(33.323)
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>208.966</b>

## 13 Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil

	<b>12/2025</b>
Depósitos compulsórios	11.031.051
Depósito voluntário	4.840.000
<b>Total</b>	<b>15.871.051</b>



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**Período findo em 31 de dezembro de 2025**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

---

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 4.840.000 está sendo apresentado como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.



## 14 Investimentos em coligadas e controladas

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Implementação o 4.966 (ii)	Saldo em 01/01/2025	Aquisição /Aumento/(Redução) de capital (v)	Resultado de equivalência patrimonial	Ágio - Expectativa de rentabilidade futura	Ágio - outros (i)	Outros resultados abrangentes	Incorporação Banco Modal (iv)	Outros efeitos patrimoniais (iii)	Dividendos	31/12/2025
Antecipa S.A.	734	–	734	321	(761)	–	–	(227)	–	–	–	67
Banco Modal S.A.	2.060.636	(39.525)	2.021.111	–	56.209	(62.037)	(37.795)	(75)	(1.978.529)	1.116	–	–
XP CCTVM S.A.	7.284.062	588.329	7.872.391	–	145.337	–	–	72.652	–	(195.752)	(500.000)	7.394.628
XP Investimentos S.A.	2.491.931	–	2.491.931	–	840.546	–	–	(183.702)	–	(52.939)	(470.000)	2.625.836
XP Controle 5 Ltda. (nota 1.i)	–	–	–	1.311.502	16.067	–	–	–	–	8.227	–	1.335.796
Gálapos Consultoria S.A.	–	–	–	–	7.758	–	–	–	11.015	–	–	18.773
Modal Assessoria Financeira S.A.	–	–	–	–	89	–	–	–	1.844	–	–	1.933
Modal DTVM Ltda.	–	–	–	–	21.705	–	–	656	551.759	–	–	574.120
<b>Total</b>	<b>11.837.363</b>	<b>548.804</b>	<b>12.386.167</b>	<b>1.311.823</b>	<b>1.086.950</b>	<b>(62.037)</b>	<b>(37.795)</b>	<b>(110.696)</b>	<b>(1.413.911)</b>	<b>(239.348)</b>	<b>(970.000)</b>	<b>11.951.153</b>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, inclui um montante de R\$ 37.795 relativo à amortização de ativos identificáveis associados à aquisição do Banco Modal S.A;

(ii) Refere-se à implementação da Resolução CMN nº 4.966, conforme descrito na nota 2.2

(iii) Principalmente associado ao plano de pagamento baseado em ações em investidas (Nota 3.j).

(iv) Em 1º de setembro de 2025, o Banco Central aprovou a incorporação dos ativos e passivos do Banco Modal no Banco XP. Como resultado, o Banco Modal foi encerrado, e suas investidas passaram a ser detidas diretamente pelo Banco XP (Nota 1.ii). Do montante de R\$ 1.978.529, R\$ 645.799 refere-se à parcela reconhecida no balanço do Banco XP S.A. por ocasião da incorporação, e R\$ 1.332.730 correspondem ao ágio da aquisição do Banco Modal S.A., reclassificado para o ativo intangível (Nota 15).

(v) Aportes de capital na controlada XP Controle 5 Participações S.A., no montante total aprovado de R\$ 197.000, nas datas 14 de julho de 2025 (R\$ 140.000) e 19 de dezembro de 2025 (R\$ 57.000), dos quais R\$ 175.000 foram integralizados em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2025, e R\$ 22.000 integralizado em 09 de janeiro de 2026.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*



	<b>% Participação Societária</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimonio Líquido em 31/12/2025</b>
Antecipa S.A.	25 %	(761)	67
Banco Modal S.A.	— %	56.209	—
XP CCTVM S.A.	100 %	145.337	7.394.628
XP Investimentos S.A	100 %	840.546	2.625.836
XP Controle 5 Participações Ltda.	100 %	16.067	1.335.796
Gálapos Consultoria S.A.	100 %	7.758	18.773
Modal Assessoria Financeira S.A.	100 %	89	1.933
Modal DTVM Ltda.	100 %	21.705	574.120
<b>Total</b>		<b>1.086.950</b>	<b>11.951.153</b>



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

## 15 Ágio e ativos intangíveis

<b>Saldo em 1 de janeiro de 2025</b>	<b>57.097</b>
Ágio Modal (Nota 14)	1.332.730
Incorporação Banco Modal	27.330
Adições	37.145
Amortizações	(71.796)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.382.506</b>
Custo	1.882.316
Amortização	(499.810)

## 16 Depósitos

	<b>12/2025</b>				
	<b>Sem vencimento</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
Depósitos à vista	1.546.322	–	–	–	1.546.322
Depósitos a prazo	–	21.228.803	39.426.001	15.334.731	75.989.535
Depósitos interfinanceiros	–	554.170	389.784	124.637	1.068.591
<b>Total</b>	<b>1.546.322</b>	<b>21.782.973</b>	<b>39.815.785</b>	<b>15.459.368</b>	<b>78.604.448</b>

## 17 Instrumentos de financiamento

	<b>12/2025</b>			
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
Certificados de Operações Estruturadas	508.405	7.500.384	16.229.067	24.237.856
Letras de Crédito Imobiliário	–	922.627	219.186	1.141.813
Letras de Crédito do Agronegócio	–	551.823	132.093	683.916
Emissão de títulos no exterior	–	–	5.621.632	5.621.632
Letras financeiras	385.146	4.700.440	10.846.324	15.931.910
<b>Total</b>	<b>893.551</b>	<b>13.675.274</b>	<b>33.048.302</b>	<b>47.617.127</b>

## 18 Obrigações fiscais e previdenciárias

	<b>12/2025</b>
Imposto de Renda (IRPJ e CSLL)	274.253
Contribuições sobre receita (PIS e COFINS)	27.832
Contribuições para a Previdência Social (INSS)	1.711
Impostos sobre o plano de incentivos	11.594
Impostos sobre serviços (ISS)	7.531
Outros impostos	16.354
<b>Total</b>	<b>339.275</b>

## 19 Provisões e contingências passivas



	<b>12/2025</b>
Cíveis	32.695
Trabalhistas	16.925
<b>Total</b>	<b>49.620</b>
Depósitos judiciais	3.674

### Movimentação

	<b>12/2025</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>11.572</b>
Incorporação Banco Modal	25.603
Atualização monetária	22.368
Provisão	20.281
Reversão	(17.376)
Pagamentos	(12.828)
<b>Saldo final</b>	<b>49.620</b>

### Contingências não provisionadas no balanço

Além das provisões constituídas, o Banco XP possui contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais a probabilidade de perda, com base nas opiniões dos consultores jurídicos internos e externos, é considerada possível. Estas contingências totalizam R\$ 787.934.

	<b>12/2025</b>
Fiscais	63.127
Cíveis	684.400
Trabalhistas	40.407
<b>Total</b>	<b>787.934</b>

## 20 Imposto de renda e contribuição social

### a. Impostos diferidos

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4842/20, o Banco XP reconhece contabilmente seus ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias atendendo às seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco XP cumpriu com os requerimentos para compensação dos valores de créditos tributários diferidos e de passivos fiscais diferidos, para fins de apresentação destes saldos nestas demonstrações financeiras, em consonância ao artigo 9º da Resolução CMN nº 4.842/20. Portanto, os saldos apresentados no quadro abaixo, para esta data-base, foram compensados de acordo com a compatibilidade de prazos na previsão de realização de ativos fiscais diferidos e de exigibilidade de passivos fiscais diferidos. Caso não houvesse sido aplicada nenhuma compensação, os saldos totais de ativos e passivos fiscais diferidos do Banco XP seriam de R\$ 17.187.390 e R\$ 16.610.737, respectivamente.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
Período findo em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo Pré Balanceamento em 12/2025	Balanceamento	Saldo Pós Balanceamento em 12/2025
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos - Ativo	17.187.390	(15.989.367)	1.198.023
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos - Passivo	(16.610.737)	15.989.367	(621.370)
<b>Total de imposto diferido</b>	<b>576.653</b>	<b>-</b>	<b>576.653</b>

**b. Movimentação dos impostos diferidos**

Ativo	01/01/2025	Balanceamento	Constituição/ (Realização)	31/12/2025
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>				
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos	16.076.749	(15.989.367)	1.110.641	1.198.023
Ágio	142.345	-	60.888	203.233
Provisão para PLR	14.508	-	20.229	34.737
RSU	48.868	-	7.058	55.926
PECs e provisões para contingências	240.870	-	97.238	338.108
Outras provisões	(119.560)	-	238.098	118.538
<b>Total de ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias</b>	<b>16.403.780</b>	<b>(15.989.367)</b>	<b>1.534.152</b>	<b>1.948.565</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	203.209	-	(115.522)	87.687
<b>Total de ativo fiscal diferido</b>	<b>16.606.989</b>	<b>(15.989.367)</b>	<b>1.418.630</b>	<b>2.036.252</b>

Passivo	Saldo em 01/01/2025	Balanceamento	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2025
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>				
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos	(16.086.474)	15.989.367	(524.263)	(621.370)
Outras provisões			(3.636)	(3.636)
<b>Total passivo fiscal diferido</b>	<b>(16.086.474)</b>	<b>15.989.367</b>	<b>(527.899)</b>	<b>(625.006)</b>

**c. Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos**

				12/2025
	Imposto de renda	Contribuição social	Outros	Total dos impostos diferidos
Até 1 ano	103.876	83.101	589	187.566
De 1 a 2 anos	87.134	69.707	(3.370)	153.471
De 2 a 3 anos	99.445	79.558	10.784	189.787
De 2 a 3 anos	104.457	83.565	5.680	193.702
Acima de 4 anos	364.811	291.849	30.060	686.720
<b>Total</b>	<b>759.723</b>	<b>607.780</b>	<b>43.743</b>	<b>1.411.246</b>

O valor presente total de créditos tributários constituído, líquido do passivo fiscal diferido, é de R\$ 853.578, e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias apresentadas no quadro anterior.



As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem premissas macroeconômicas e de juros representando adequadamente a expectativa de retorno da Administração.

#### d. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>12/2025</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>431.401</b>
(+) adições permanentes	317.683
(-) exclusões permanentes	(1.593.060)
<b>(=) Lucro real   resultado ajustado</b>	<b>(843.976)</b>
<b>IRPJ (25%)   CSLL (20%) corrente e diferido</b>	<b>379.789</b>
(-) Outros efeitos	48.014
<b>Despesa de IRPJ   CSLL</b>	<b>427.803</b>
Corrente	(268.593)
Diferido	696.396
	<b>427.803</b>

## 21 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.111.407, dividido em 7.943.854.552 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

### (b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir 20% do capital social conforme previsto na legislação societária.

### (c) Reserva estatutária

A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social.

### (d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, a Diretoria poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Instituição conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 18 de dezembro de 2025 foi deliberada a aprovação e pagamento de dividendos intermediários aos acionistas no montante total de R\$ 500.000.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Em 31 de dezembro de 2025, consultado o acionista controlador, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos adicionais.

## 22 Despesas em operações de captação no mercado

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
Certificados de operações estruturadas	3.224.818	5.575.021
Depósito a prazo	4.390.286	7.828.930
Letras financeiras	1.230.265	2.235.313
Obrigações por operações compromissadas	3.607.702	5.634.301
Outros (i)	645.845	1.140.038
<b>Total</b>	<b>13.098.916</b>	<b>22.413.603</b>

(i) Saldo referente a despesas de títulos emitidos no exterior, depósitos interfinanceiros e outros.

## 23 Receita com prestação de serviços

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
Tarifas de intercâmbio (operações com cartão)	491.032	916.285
Tarifas bancárias	143.014	211.948
Outros	40.952	41.898
<b>Total</b>	<b>674.998</b>	<b>1.170.131</b>

## 24 Outras receitas

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
Receitas com depósitos voluntários	275.416	422.638
Receitas com depósitos compulsórios	614.511	1.060.776
Outros	45.233	72.058
<b>Total</b>	<b>935.160</b>	<b>1.555.472</b>

## 25 Custos operacionais

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
<b>Custo de comissões</b>	<b>183.969</b>	<b>392.112</b>
<b>Perdas Operacionais / (reversão)</b>	<b>30.504</b>	<b>48.080</b>
<b>Outros Custos</b>	<b>529.674</b>	<b>963.846</b>
Despesas de serviços do sistema financeiro	9.945	18.096
Despesa de cashback e programa de pontos do cartão	312.615	571.245
Assessoria técnica	137.652	258.670
Outros	69.462	115.835
<b>Total</b>	<b>744.147</b>	<b>1.404.038</b>

## 26 Despesas administrativas



	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
<b>Despesas de pessoal</b>	<b>177.161</b>	<b>278.474</b>
Participações no lucro	93.194	117.056
Proventos	66.936	123.556
Benefícios	6.782	12.964
Encargos sociais	9.930	24.538
Outras	319	360
<b>Despesas de amortização</b>	<b>100.488</b>	<b>198.166</b>
<b>Despesas de depreciação</b>	<b>19.101</b>	<b>35.072</b>
<b>Outras despesas administrativas</b>	<b>72.687</b>	<b>122.975</b>
Despesas de processamento de dados	16.796	32.621
Despesas de serviços de terceiros	17.822	36.468
Despesas de serviços técnicos especializados	11.007	17.554
Despesas judiciais e legais	19.720	23.811
Outros	7.342	12.521
<b>Total</b>	<b>369.437</b>	<b>634.687</b>

## 27 Outras receitas/(despesas) operacionais

	<b>2º Sem. 2025</b>	<b>2025</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>54.351</b>	<b>82.783</b>
Receitas com incentivos	3.000	4.479
Outras	51.351	78.304
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(21.750)</b>	<b>(34.456)</b>
Tarifas diversas e outras	(21.750)	(34.456)
<b>Total</b>	<b>32.601</b>	<b>48.327</b>

## 28 Transações com partes relacionadas

### (a) Transações comerciais e contratuais com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações do Banco XP com acionistas controladores diretos ou indiretos ("Controladoras"), entidades do Grupo XP e os respectivos acionistas da XP Inc. ("Relacionadas") e profissionais-chave da Administração.

No curso normal de seus negócios, as empresas do Grupo XP realizam operações comerciais e financeiras com o Banco XP em condições normais de mercado. Essas operações incluem: (i) prestação de serviços de educação, consultoria e assessoria empresarial; (ii) assessoria e consultoria financeira em geral; (iii) administração de recursos e prestação de serviços na área de gestão de carteiras; (iv) prestação de serviços na área de tecnologia da informação e processamento de dados; e (v) prestação de serviços na área de seguros.



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, o Banco XP efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

	<u>Tipo de relacionamento</u>	<u>12/2025</u>
<b>Ativo</b>		
Disponibilidades	Controlada	49.026
Aplicações em operações compromissadas	Controlada	62.308.518
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	10.713.585
Instrumentos financeiros derivativos	Relacionada	2.241.680
Outros ativos	Controlada	29.665
<b>Passivo</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	6.485.110
Instrumentos financeiros derivativos	Relacionada	507.500
Obrigações por operações compromissadas	Controlada	73.112.747
Depósitos	Controlada	724.491.753
Instrumentos de financiamento	Controlada	8.508
Outros passivos financeiros	Relacionada	255.948
Outros passivos financeiros	Controlada	3.085
Outros passivos financeiros	Controladora	(749.274)
Outros passivos	Controlada	12.481
Outros passivos	Relacionada	1.013
<b>Resultado</b>		<u><b>12/2025</b></u>
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Relacionada	391.945
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Controlada	33.455
Operações de captação no mercado	Controladora	579.525
Operações de captação no mercado	Relacionada	253.457
Operações de captação no mercado	Controlada	1.292.473
Despesas administrativa	Relacionada	35.314
Despesas administrativa	Controlada	(3.915)
Custo operacionais	Controlada	(161.698)

**(b) Honorários da diretoria**

	<u>12/2025</u>
<b>Remuneração do pessoal chave da administração</b>	
Honorários da diretoria	3.079

**29 Determinação do valor justo**

O Banco XP avalia instrumentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira.

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores).

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário.

Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3.

Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo.

- Ativos financeiros (exceto derivativos) - O valor justo dos títulos é determinado por referência aos preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. Se não houver preço de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas observáveis e pelas taxas de mercado na data de apresentação.
- Swap - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume as duas posições – comprador em um indexador e vendedor em outro.
- Termo - pelo valor de cotação de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas na B3.
- Futuros - Taxas de câmbio, preços de ações e commodities são compromissos de compra ou venda de um instrumento financeiro em data futura, por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados em dinheiro ou entrega. As liquidações diárias em dinheiro dos movimentos de preços são feitas para todos os instrumentos.
- Opções - os contratos de opções dão ao comprador o direito de comprar o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado.
- Outros ativos e passivos financeiros - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- Operações de crédito - o valor justo é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2025**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

					<b>12/2025</b>
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Valor Justo</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>62.777.881</b>	<b>150.845.420</b>	<b>—</b>	<b>213.623.301</b>	<b>197.466.623</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	58.726.804	42.827.853	—	101.554.657	85.259.485
Títulos e valores mobiliários	58.726.804	9.751.555	—	68.478.359	68.478.359
Instrumentos financeiros derivativos	—	33.076.298	—	33.076.298	16.781.125
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>4.051.077</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4.051.077</b>	<b>4.051.077</b>
Títulos e valores mobiliários	4.051.077	—	—	4.051.077	4.051.077
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>	<b>—</b>	<b>108.017.567</b>	<b>—</b>	<b>108.017.567</b>	<b>108.156.061</b>
Títulos e valores mobiliários	—	4.523.117	—	4.523.117	4.523.117
Aplicações interfinanceiras de liquidez	—	56.956.461	—	56.956.461	56.775.520
Negociação e intermediação de valores	—	24.294	—	24.294	24.294
Rendas a receber	—	97.183	—	97.183	97.183
Operações de crédito	—	30.399.573	—	30.399.573	30.719.009
Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil	—	15.871.051	—	15.871.051	15.871.051
Outros ativos financeiros	—	145.888	—	145.888	145.888
<b>Passivos financeiros</b>	<b>278.337</b>	<b>225.519.742</b>	<b>—</b>	<b>225.798.079</b>	<b>225.735.948</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>278.337</b>	<b>38.325.721</b>	<b>—</b>	<b>38.604.058</b>	<b>38.604.058</b>
Títulos e valores mobiliários	278.337	—	—	278.337	278.337
Instrumentos financeiros derivativos	—	38.325.721	—	38.325.721	38.325.721
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>	<b>—</b>	<b>187.194.021</b>	<b>—</b>	<b>187.194.021</b>	<b>187.131.890</b>
Depósitos	—	77.941.610	—	77.941.610	78.604.448
Obrigações por operações compromissadas	—	50.301.033	—	50.301.033	50.308.984
Instrumentos de financiamento	—	48.350.046	—	48.350.046	47.617.127
Negociação e intermediação de valores	—	3.914	—	3.914	3.914
Fornecedores	—	145.285	—	145.285	145.285
Outros passivos financeiros	—	10.452.133	—	10.452.133	10.452.133

As transferências de entrada e saída dos níveis da hierarquia do valor justo são analisadas ao final de cada demonstração financeira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferências entre Nível 2 e Nível 3.

### **30 Limites operacionais (Acordo de Basileia)**

O Banco XP adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros do Conglomerado Prudencial XP, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial XP é de 12,60%.

	<b>2025</b>
<b>Capital regulamentar</b>	
Nível I - Capital Principal	7.818.568
Nível I - Principal + Complementar	10.552.551
Nível II	2.054.678
<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>12.607.229</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco</b>	
<b>RWA</b>	<b>100.054.753</b>
<b>Índice de Basileia (PR/RWA)</b>	<b>12,60 %</b>

## 31 Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

A estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo de Basileia, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente, no que tange a formulação de análises de impacto, planos de continuidade, planos de recuperação de desastres, planos de backup e gerenciamento de crises.

### (a) Risco de mercado

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios e limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o departamento de risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e o de reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível na sede da instituição.

Os controles para a mensuração da exposição do risco de mercado utilizados são conceituados e amplamente utilizadas no mercado, estes são:

- *Value At Risk (VAR)*: é o valor em risco de uma carteira e pode ser entendido como uma estimativa de perda máxima em condições normais de mercado, dado um nível de confiança de 95% de certeza para o horizonte de tempo de 1 dia; e
- *Stress test*: é um método para medir potenciais perdas advindas de eventos extremos de mercado, através de projeções de cenários críticos e de baixa probabilidade. É um mecanismo que demanda a discussão de cenários futuros e entendimento da vulnerabilidade das carteiras sob circunstâncias improváveis, que auxilia na revisão dos limites internos de exposição ao risco.

### (b) Análise de sensibilidade

De acordo com as informações de mercado, o Banco XP realizou a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com um impacto nos lucros ou prejuízos, fornecendo uma visão da exposição por fator de risco a entidade em cenários excepcionais. As análises de sensibilidade não consideram a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e tesouraria, uma vez que, uma vez detectadas estas perdas, são rapidamente desencadeadas medidas de mitigação do risco, minimizando a possibilidade de perdas significativas.



12/2025

Carteira de Negociação	Exposições	Cenários		
		I	II	III
<b>Fatores de Risco</b>	<b>Risco de Variação em:</b>			
Pré-fixado	Taxa de juros prefixadas em reais	(56)	(6.742)	(31.794)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(62)	(8.186)	(15.826)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(493)	(12.080)	(23.994)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(193)	(26.235)	(47.790)
Ações	Preços de ações	(44)	(1.111)	(2.129)
Commodities	Preços de mercadorias	(872)	(21.796)	(43.592)
<b>Total</b>		<b>(1.720)</b>	<b>(76.150)</b>	<b>(165.125)</b>

### (c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição. O processo de gerenciamento do risco de liquidez prevê procedimentos de identificação, mensuração e controle à exposição ao risco de liquidez, levando em consideração as condições de mercado atuais e previsões futuras na elaboração de cenários para projeções dos fluxos de caixa em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível na sede da instituição.

### (d) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco que visa garantir o cumprimento do determinado na política do Conglomerado Prudencial e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

O documento de Gestão de Riscos estabelece sua política de crédito com base na composição da carteira por título, por rating interno de emissor e/ou emissão, na atividade econômica, na duration da carteira, nas variáveis macroeconômicas, dentre outros fatores.

O departamento de Análise de Crédito também está ativamente envolvido nesse processo e é responsável por avaliar o risco de crédito de emissões e emissores com os quais mantém ou pretende manter relações de crédito, utilizando-se também de metodologia interna de atribuição de risco de crédito (rating) para classificar a probabilidade de perda das contrapartes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte.

A revisão dos créditos avaliados no Comitê de Crédito é realizada periodicamente pela Área de Análise de Crédito, de acordo com normas e metodologias internas.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.



### **(e) Risco operacional**

O Banco XP possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional alinhada com as expectativas regulatórias, melhores práticas de mercado, estratégia e apetite de riscos da companhia. Os processos de riscos operacionais englobam meios de identificação, mensuração, mitigação, monitoramento e reporte, de modo a prestar à Diretoria uma visão holística dos riscos operacionais. A gestão de riscos operacionais também abrange continuidade de negócios, incluindo a estratégia e os planos de contingência para assegurar a recuperação das operações em situações de crises.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível na sede da instituição.

### **32 Estrutura de gerenciamento de capital**

---

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado Prudencial adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Conglomerado Prudencial de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: B46C21C5-C240-4772-95E6-BF6D2922D612

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: BANCOXPSA25.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Outros

Envelope fonte:

Documentar páginas: 61

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Adriano WNascimento

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

adriano.wnascimento@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.64

## Rastreamento de registros

Status: Original

30 de março de 2026 | 19:07

Portador: Adriano WNascimento

adriano.wnascimento@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

30 de março de 2026 | 19:27

Portador: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

## Eventos do signatário

Marcos Paulo Putini

marcos.paulo@pwc.com

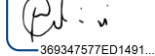
Sócio

PricewaterhouseCoopers

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

## Assinatura

DocuSigned by:



369347577ED1491...

## Registro de hora e data

Enviado: 30 de março de 2026 | 19:11

Visualizado: 30 de março de 2026 | 19:23

Assinado: 30 de março de 2026 | 19:27

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 134.238.160.144

## Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SERASA RFB v5

Assunto: CN=MARCOS PAULO PUTINI:17668525807

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://publicacao.certificadodigital.com.br/reppositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf>

## Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Adriano WNascimento adriano.wnascimento@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<b>Copiado</b>	Enviado: 30 de março de 2026   19:27 Visualizado: 30 de março de 2026   19:27 Assinado: 30 de março de 2026   19:27
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de março de 2026   19:11
Entrega certificada	Segurança verificada	30 de março de 2026   19:23
Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de março de 2026   19:27
Concluído	Segurança verificada	30 de março de 2026   19:27

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------